

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. DURVAL ÂNGELO ANDRADE
DD. CONSELHEIRO RELATOR
EG. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO Nº 1.048.076
REPRESENTAÇÃO
MUNICÍPIO DE ITACARAMBI – MG

RAMON CAMPOS CARDOSO, brasileiro, divorciado, produtor rural, inscrito no CPF/MF sob o nº 373.154.636-15, portador da cédula de identidade RG MG-1.497.994 SSP/MG, residente e domiciliado no endereço da Rua 31 de Dezembro, nº 233, Centro, CEP 39.470-000, Itacarambi (MG), em resposta ao **Vosso Ofício nº 8463/2021 – SEC/1ª Câmara**, datado de 19.05.2021; vem respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar considerações e razões de defesa, o que faz na forma a seguir.

I – DA SITUAÇÃO PROCESSUAL

1. Trata-se de representação aviada pelos advogados do Município de Itacarambi, MG, a mando da prefeita municipal, Sra. Nívea Maria de Oliveira (gestão 2017-2020, 2021-), que trouxe à baila falhas no processamento dos serviços contábeis municipais que teriam acontecido durante o exercício de 2014.

2. Segundo consta da exordial, a mandatária teria se deparado com a existência de processo judicial de cobrança em face da Fazenda Pública Municipal, de autoria da empresa ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., que buscava receber o montante de R\$ 25.411,56, composto integralmente de despesas inscritas nos

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS do Exercício 2012 – autos nº 0025570-40.2015.8.13.0352, que tramitou perante o Juízo Comum da Comarca de Januária-MG.

3. Ou seja, trata-se de RESTOS A PAGAR PROCESSADOS do mandato anterior ao do Sr. Ramon Campos; na realidade de responsabilidade do então prefeito, Sr. Rudimar Barbosa (2009-2012).

4. Ocorre que, segundo consta da tese dos Representantes, inicialmente o Município teria resistido a essa mencionada cobrança da empresa Acácia, porque os referidos restos a pagar figuraram como quitados (pagos) ao longo do exercício 2014, e não mais se encontravam disponíveis para pagamento – do ponto de vista contábil.

5. Entretanto, no bojo dessa ação judicial, a empresa Acácia teria logrado êxito em comprovar que, embora conste dos registros contábeis municipais que os referidos restos a pagar teriam sido pagos mediante “DÉBITO EM CONTA” do município, o que indicaria a modalidade de “Transferência Bancária”, os recursos não foram creditados na conta bancária do fornecedor.

6. De igual sorte, a Prefeitura Municipal teria conferido os extratos bancários das contas municipais e averiguado que os mencionados “débitos em conta”, na realidade, não teriam ocorrido.

7. Simplificando: os extratos bancários fornecidos pelas instituições financeiras demonstraram cabalmente que **recursos públicos NÃO saíram das contas da prefeitura, como também não ingressaram na conta do particular.**

8. É o bastante para se concluir que, na realidade, os pagamentos registrados pela Contabilidade em 2014 a favor dessa empresa Acácia, quitando restos a pagar de 2012, NÃO ACONTECERAM concretamente.

9. Por esse motivo, o Município de Itacarambi-MG, sob a gestão da atual prefeita municipal, viu por bem entabular acordo judicial e pagar os RESTOS A PAGAR de 2012 em favor da empresa Acácia, por seus valores nominais, ou seja, sem cômputo de quaisquer encargos financeiros tais como juros, multa ou correção monetária.

10. No relatório final do órgão técnico, a conclusão é pela improcedência de uma das assertivas lançadas na peça inaugural da presente Representação, já que o débito foi reconhecido e quitado mediante acordo pela Prefeitura Municipal.

11. Já a segunda assertiva, o órgão técnico, acertadamente, verificou que se trata de mera inconsistência nas informações contábeis lançadas no SICOM, cuja responsabilidade técnica é do Sr. contador municipal da época dos fatos: Ricardo Teixeira de Almeida.

12. Inclusive, trouxe à análise julgado em que esse Egrégio Tribunal de Contas reconheceu que não pode ser o prefeito municipal responsabilizado de forma objetiva, pelo simples fato de ser mandatário; eis que nesse caso a responsabilidade deve ser subjetiva.

13. E, do ponto de vista subjetivo, de fato, não é razoável exigir que o prefeito municipal cuide de milhares de lançamentos contábeis que são processados ao longo de determinado exercício.

14. Ainda assim, opinou o douto IRMPC que o ora defendente deveria ser instado a se manifestar acerca dos fatos apurados na presente Representação.

II – DAS CONSIDERAÇÕES DE DEFESA

15. Em primeira análise, tem-se que o Sr. Ramon Campos não pode ser responsabilizado pelas falhas que foram apuradas ao longo da instrução da presente Representação.

16. Primeiramente, é valioso destacar que as despesas com medicamentos são afetas à Secretaria Municipal de Saúde, e devem ser suportadas com recursos dessa pasta em particular.

17. Cediço, conforme consta da Prestação de Contas Anual do exercício 2014, houve delegação de ordenação de despesas da Saúde para a Sra. Secretária Municipal de Saúde, não figurando o prefeito como responsável pela realização de despesa, ordenação, autorização de pagamento, ou pagamento propriamente dito.

18. Todos os atos de despesa da pasta da Saúde, como aliás acontece em todos os municípios, são obrigatoriamente exarados pelo Secretário Municipal de Saúde.

19. Especialmente quanto ao Sr. Ramon Campos, esse fato narrado acima já foi devidamente reconhecido expressamente por essa Corte de Contas, quando do julgamento do Processo nº 1.084.571 (outra Representação igualmente aviada pela prefeita Nívea Maria), em que restou consignado o seguinte:

“Senhor Presidente, eu também dou provimento ao Recurso, entretanto por outras razões, porque, conforme revelam os documentos juntados às fls. 15 e 58 dos autos originários, as notas de empenho foram assinadas pelos secretários municipais. Desse modo, uma vez que a ordenação de despesa das folhas de pagamento estava denegada aos

secretários municipais, a responsabilidade pelo empenho extemporâneo de tais gastos não pode ser imputada ao prefeito, cujas funções típicas estão relacionadas aos hábitos de macrogestão do município. Portanto, reformo a decisão prolatada pela Segunda Câmara no processo nº 1031672, para afastar a responsabilidade do Senhor Ramon Campos Cardoso, ex-Prefeito do Município de Itacarambi, bem como para desconstituir as multas aplicadas ao agente, por não ter, esse agente, praticado o ato.

...

Apenas para reiterar, em face da referência feita pelo Conselheiro Substituto Hamilton Coelho a precedente de minha autoria, que neste caso não há a conduta do Prefeito. Quem praticou os atos foram os secretários, portanto inexistente relação entre a conduta e qualquer tipo de sanção, seja por culpa, seja por dolo”.

20. Nessa senda, se o Sr. Ramon Campos não ordenava despesas das Secretarias Municipais, como também não autorizava pagamentos, especialmente da Saúde, patente é ausência de nexos entre a suposta conduta descrita nesta representação e eventual resultado que tenha sido apurado.

21. A trilha acima percorrida, permite ainda relembrar que há precedentes nessa Corte de Contas, em que claramente quando se trata de falhas nos serviços de contabilidade, não há como responsabilizar o prefeito somente pelo fato de figurar como mandatário.

22. O presente processo não cuida de contas de gestão, ou parecer prévio, em que ainda vigora o entendimento segundo o qual o prefeito municipal pode ser responsabilizado objetivamente.

23. Se o que está sendo apurado e julgado é a regularidade e hígidez dos registros contábeis, notadamente os que foram encaminhados no SICOM, não é razoável responsabilizar o Sr. Ramon Campos, que não detinha responsabilidade técnica sobre a Contabilidade Municipal, e que sequer possui conhecimentos técnicos científicos de

CASP que pudesse de alguma forma perceber quaisquer das falhas mencionadas.

24. Ao dr. Contador competia garantir a higidez dos registros contábeis, *ex vi* da pertinência da conciliação bancária por ele mensalmente atestada.

25. Pede-se vênua para reproduzir o julgado trazido pelo órgão técnico, precedente desse Egrégio Tribunal de Contas, que em respeito a princípios outros, inclusive da colegialidade, merece ter a mesma aplicação no caso vertente:

Processo 1041465 – Recurso Ordinário Inteiro teor do acórdão – Página 13 de 17 Inicialmente, há que se mencionar que as informações constantes nas remessas realizadas pelo SIACE/PCA são manifestações decorrentes de autodeclaração dos jurisdicionados, razão pela qual os dados, que se fundamentam nas demonstrações contábeis do município, não devem apresentar diferenças em relação aos registros contábeis.

No entanto, embora o prefeito seja o responsável pela remessa dos dados via SIACE/PCA, entendo que não é razoável a sua responsabilização pela existência de divergências entre as informações enviadas e aquelas constantes nos registros contábeis da municipalidade, por se tratar de atividade de competência dos setores técnicos da prefeitura. Em outras palavras, não compete ao prefeito realizar os lançamentos contábeis, os quais devem refletir os atos e fatos administrativos de natureza orçamentária e financeira, de modo que ele não pode ser o responsável pela fidedignidade dos registros em relação à realidade vivenciada pelo ente. A contabilidade do município deve ficar a cargo de profissional habilitado, com formação nessa área do conhecimento, a quem, em caso de dolo ou culpa, deve ser imputada a responsabilidade por quaisquer divergências eventualmente apuradas. Em razão disso, afasto a multa aplicada ao prefeito à época, mas recomendo ao atual gestor do Município que determine ao responsável pelo serviço de contabilidade municipal que atente para o correto registro contábil dos atos e fatos administrativos.

26. Noutro giro, forçoso é reconhecer a **inexistência de dano ao** erário, na medida em que, restou devidamente comprovado pelos extratos bancários carreados para os presentes autos, que, se de um lado

a empresa não recebeu os pagamentos, de outro lado, **os recursos públicos sequer chegaram a sair das contas municipais.**

27. Há nesse sentido, sentença judicial que faz coisa julgada, e, ao homologar o acordo entabulado no seio do processo judicial nº 0025570-40.2015.8.13.0352, da ação de cobrança manejada pelo particular, reconheceu a existência de crédito da empresa Acácia, e ainda reconheceu que os pagamentos na realidade nunca aconteceram.

28. Se há prova da inexistência de dano material, pode-se concluir que as supostas irregularidades se limitam às questões técnicas e formais de contabilidade, porque aparentemente registrou-se nas movimentações a baixa de pagamento que efetivamente não ocorreu.

29. Também é indubitoso que inexistiu qualquer ordem que tenha sido emanada do Sr. Ramon Campos, na qualidade de então prefeito municipal, para que o Sr. contador Ricardo Teixeira promovesse referidos erros contábeis.

30. Veja, que não consta dos autos, qualquer prova de que o Sr. Ramon tenha, por exemplo, ordenado o pagamento dos mencionados restos a pagar de 2012 da Acácia.

31. Isso é dito pois, consoante já apurado na fase instrutória, o crédito reclamado pela empresa Acácia estava inscrito nos RESTOS A PAGAR processados do exercício 2012, gestão do ex-prefeito Rudimar Barbosa.

32. Pode-se concluir, portanto, que se trata de despesa que já havia sido processada naquele exercício de 2012, nas suas fases de empenho e liquidação, faltando meramente o pagamento.

33. Então, o Sr. Ramon não pode ser responsabilizado pelas fases anteriores – EMPENHO E LIQUIDAÇÃO.

34. Restariam as fases de autorização do pagamento mediante ato exarado na nota de empenho ou documento semelhante; e do pagamento propriamente dito, que poderia ser exarado mediante assinatura de cheque nominal, ou transferência bancária mediante aposição de senha no sistema do BANCO DO BRASIL.

35. De se verificar que nenhuma dessas fases foram exaradas pelo Sr. Ramon; nesse aspecto não existe nos autos nenhuma nota de resto a pagar que tenha sido autorizada por ele; e quanto à emissão de cheque ou utilização de transferência os extratos bancários já comprovaram cabalmente que inexistiram.

36. Sendo assim, pode-se afirmar que inexistente materialidade na conduta que se pretende imputar ao Sr. Ramon Campos: ele que não autorizou pagamento dos restos a pagar da empresa Acácia; pagamento esse que comprovadamente não ocorreu.

37. Logo, o que restam são impropriedades formais e técnicas de contabilidade, de responsabilidade do Sr. Contador.

III – DO PEDIDO

38. Diante de todo o exposto, o Sr. Ramon Campos pugna seja a presente Representação julgada totalmente improcedente, determinando o arquivamento do processo com resolução de mérito.

Termos em que,
Pede deferimento.

Itacarambi-MG, 08 de julho de 2021.

GABRIEL FERNANDES C. QUEIROGA
OAB MG 196.817